



Comissão Episcopal para a

Amazônia

SÍNTESE DAS CARTAS COMPROMISSO

DOS SEMINÁRIOS *LAUDATO SI'*

Considerações prévias à temática dos seminários

1. Seminários com rica e variada participação

Participações: Pastorais, Pastorais Sociais, Organismos de comunhão, movimentos e serviços, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, lavradores/as, assentados/as, catadores/as de materiais recicláveis, geraizeiros/as, camponeses, quebradeiras de coco, membros ribeirinhos, seringueiros/as, Povos da Floresta, mulheres, CIMI/Conselho Indigenista Missionário, CPT/Comissão Pastoral da Terra, Cáritas, a sociedade civil organizada, MST, ICMBIO, IPAR, MOSADOS trabalhadores, organizações não governamentais do poder legislativo, das universidades, pesquisadores, representantes das secretarias de governo do município e de órgãos federais de proteção ambiental, professores da rede pública de ensino, discentes, CEBs, leigos/as, religiosas/os seminaristas, representantes das Dioceses, agentes de pastoral, assessores da CNBB e do Comitê Nacional da REPAM, religiosas, padres e bispos (Cuiabá/MT, Junho/2016; Porto Velho/RO, Junho/2016; Manaus/AM, Julho/2016; Miracema/TO; Outubro/2016; Marabá/PA, Outubro/2016; Lábrea/AM, Janeiro/2017;

Imperatriz/MA Fevereiro/2017; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017; Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Castanhal/PA, Maio/2017; Santarém/PA, Maio/2017; Altamira – Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017).

1. Lembrando um dos sentidos da REPAM

Compromisso: Imprescindível a tarefa de organismos internacionais, da sociedade civil e da Igreja, “na sensibilização das pessoas, na colaboração de forma crítica, com legítimos mecanismos de pressão, para que cada governo cumpra o dever próprio e não-delegável de preservar o meio ambiente e os recursos naturais do seu país, sem se vender a espúrios interesses locais ou internacionais” (LS 38) (*Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017*).

2. Constatações de base

- a) Afirmar a identidade amazônica
“o jeito de ser na nossa casa”

Reafirmamos, neste espaço, nosso Nhandereko -há, que na língua Nheengatu, ou língua geral amazônica, significa identidade étnica ou “jeito de ser na nossa casa”. Significa o lócus da organização social e política, lugar da produção e transmissão do conhecimento próprio dos povos que não pode ser reduzido a um lugar, mas encontra-se em todos os lugares da floresta.

Para nós, amazônidas, a floresta não é propriedade. É lugar e espaço vivencial; é lócus e território vivenciado, sentido e imaginado. É o lugar da agroecologia e do extrativismo de subsistência, da pesca, da festa, dos jogos, das danças. É a partir dessa visão que podemos vivenciar melhor o discipulado missionário. *(Manaus/AM, Julho/2016)*

b) A dominação é histórica e presente na Amazônia

Nosso modo de ser em nossa aiko (Casa Comum na língua Apurinã), herdado de nossos antepassados, tem sido impactado, negativamente, desde a chegada dos colonizadores, que nos impuseram outros valores baseados nas relações de poder e dominação. Nos círculos financeiros nacionais e internacionais, a Amazônia é vista como “lugar de exploração” dos recursos existentes por poderosos grupos econômicos transnacionais. No país, é o lugar da expansão energética, através da construção de mega-hidroelétricas para geração de energia, dita “limpa e renovável”, mas que causam terrível destruição de nossa biodiversidade e dos territórios tradicionais de nossos povos. A vida dos povos e das florestas está ameaçada pela mudança na legislação ambiental, pela possibilidade de aprovação da PEC 215 e PL1610 e pelo ataque aos direitos humanos e sociais, duramente conquistados. *(Manaus/AM, Julho/2016; Lábrea/AM, Janeiro/2017).*

c) Aqui existe uma história de luta e resistência.

O resgate da história de luta e resistência dos povos desta terra, das quais somos herdeiros (CEBs, Sindicatos e Seringueiros), lutas estas que impediram que, no Acre, houvesse tanta devastação com a criação das reservas extrativistas. (Rio Branco/AC, setembro/2017);

São sinais de resistência e de construção de pontes: Agricultura Familiar; projetos agroecológico – extrativistas; lutas e resistências dos povos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos); o protagonismo da juventude e das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base e movimentos populares; resistência dos povos indígenas de Roraima, através de suas organizações, em sua permanente mobilização na defesa dos direitos e da terra; a agricultura familiar, sem agrotóxicos, com experiências bem-sucedidas de associações de agricultores ou de feiras de produtos; o trabalho das comunidades de base e movimentos sociais na defesa de nossos bens comuns, a água, a floresta e o lavrado; as ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto aos agricultores familiares; o trabalho do Centro de Migrações e Direitos Humanos (CMDH) e das Pastorais Sociais junto aos migrantes e em articulação com entidades da sociedade civil; a luta das comunidades ribeirinhas do Baixo Rio Branco para conseguir educação e saúde de qualidade; a Semana Social Brasileira como espaço de debate e articulação com a sociedade civil; a Rede Um Grito Pela Vida e o Comitê Estadual

contra o abuso sexual de crianças e adolescentes no permanente combate ao tráfico humano; o Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEDUCARR; o trabalho, em parceria ou em rede, com entidades da sociedade civil, movimentos, sindicatos, universidades; a presença e as denúncias feitas pelos povos Guarani Mbyá, Suruí Aikewara e Guajajara.

No Maranhão, já existem muitas articulações de forças vivas: povos tradicionais, pastorais sociais e movimentos populares, entre elas a TEIA. Estas iniciativas estão em perfeita consonância com a espiritualidade e as práticas propostas pela *Laudato Si'*, que afirma “tudo está interligado” (LS, 117).

Nas nossas **resistências**, optamos pela ecologia integral, buscando a sustentabilidade, o cuidado com o ambiente e as pessoas, nos comprometendo com as próximas gerações, que herdarão nossa Casa Comum. (Marabá/PA, Outubro/2016; Imperatriz/MA, Fevereiro/2017; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017, Santarém/PA, Maio/2017; Altamira – Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017,);

- d) As experiências coletivas vão abrindo caminhos alternativos

Importância da diversidade de experiências, relações e aprendizados advindos de convivências das diferentes culturas e etnias dos povos amazônicos, sejam:

dos povos Indígenas; dos Quilombolas; dos Povos e Comunidades Tradicionais, tais como Camponeses, Ribeirinhos e Extrativistas; e da própria população urbana. (Castanhal/PA, Maio/2017).

3. Afirmamos algumas posturas de base

a) Uma conversão ecológica

Conversão ecológica, consciência de guardiães de Deus, como parte essencial da experiência cristã, comprometimento com a responsabilidade na construção da fraternidade universal, vivência harmoniosa, de inter-relação, de diversidade de experiências e de convivência entre as diversas culturas e etnias entre todos os Povos da Floresta e das cidades que nos fazem sentir seguros(as) e protegidos(as) sem destruir a nossa *gorakarah*, de onde retiramos o alimento para sustentar nossas famílias e garantir uma qualidade de vida que permite às nossas gerações viver longos anos (Cuiabá/MT, Junho/2016; Miracema/TO, Outubro/2016; Lábrea/AM, Janeiro/2017; Santarém/PA, Maio/2017; Xingu/PA, Maio/2017).

b) Retomar a atitude profética

O tom profético, as experiências existentes, as falas dos representantes indígenas, as denúncias contra a “economia da morte”, que tanto tem sido marca da ação do homem na Amazônia, e o trabalho de rede nos fortalece

pelo espírito da Encíclica *Laudato Si'*. Na esperança, provocar ainda mais uma mudança radical na compreensão que temos sobre a defesa da Criação. Importância desse marco da Igreja no mundo tem para nossa ação, como seguidores e seguidoras de Jesus Cristo, aqui no nosso chão e nos provocaram a firmar compromissos na defesa da vida e na articulação de ações que nos levem a modificar esse cenário de morte para dar vida com Deus. (*Manaus/AM, Julho/2016; Marabá/PA, Outubro/2016*).

c) Na escuridão alimentar a esperança

Acreditamos na Luz e alimentamos sempre a esperança, mesmo quando se faz noite sobre o solo sagrado do Xingu, regado com o sangue dos nossos mártires. Com a graça de Deus renovamos nossos compromissos batismais e crismais na defesa e promoção da vida onde a morte é semeada; do amor e da paz onde o ódio é espalhado; da justiça quando vemos os povos do Xingu agredidos por injustiças, violências, desrespeito e discriminação (*Altamira – Xingu/PA, Maio/2017*).

Ao mesmo tempo em que discutíamos, em nossos Seminários, sobre os diversos problemas que as famílias sofrem pela ação violenta do capital, a notícia de 10 trabalhadores rurais foram torturados e assassinados em Pau D'arco, sul do Pará, pegou todos de surpresa. Registramos também aqui nosso repúdio a mais essa chacina que acontece no Pará, onde a impunidade tem sido uma marca em nosso Estado. (*Santarém/PA, Maio/2017*).

4. Esperamos, pedimos e exigimos

- a) Esperamos que se escutem os clamores dos povos

Que sejam ouvidos **os clamores dos povos** que há séculos cultivam as terras, respeitando a biodiversidade e que mostram por suas práticas que há alternativas sustentáveis; clamamos aos jovens e às jovens das comunidades eclesiais e da sociedade que assumam como compromisso a dimensão missionária, tecendo uma rede de solidariedade em defesa da vida nestas periferias e articulação entre os jovens do campo e cidade, criação de novas escolas famílias agrícolas; fortalecimento dos movimentos sociais e sindicais, indígenas, quilombolas, articulação com outros povos tradicionais; o surgimento da Articulação Camponesa de Luta Pela Terra e defesa do Território no Tocantins, as comunidades que resistem e propõem alternativas de relação com a terra através da agroecologia e da preservação dos nossos rios. *(Miracema/TO, Outubro/2016; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017).*

- b) Precisa-se de uma maior mobilização da sociedade civil organizada

Diante do cenário, na atual conjuntura pós-golpe, com retrocessos na garantia de direitos sociais, trabalhistas, humanos e ambientais **exige uma maior mobilização da sociedade civil organizada em âmbito global, nacional, regional e local na qual as igrejas estão inseridas**. Unirmos

forças e fortalecermos na luta comum, apoiados nos diálogos entre as pastorais sociais, os movimentos sociais, os movimentos dos povos tradicionais retomando e fortalecendo o compromisso social da nossa Igreja, em sua missão profética, cultivando sempre a espiritualidade descrita na *Laudato Si'*. Com uma nova ordem política, social, econômica e ambiental e trabalho de base, com uma maior proximidade com a população nos bairros e no campo, garantindo às lideranças possibilidade de lutar por direitos e ações que requerem o cuidado com a Casa Comum; apresentamos alguns desafios, clamores, iniciativas e conquistas observados e vivenciados na Amazônia, sem que sejam criminalizadas, ameaçadas ou mortas (Relatório sobre morte no Campo 2016-CPT). Em acréscimo a isso, lamentamos que o Estado do Pará possua, ainda, o maior número de defensores de direitos humanos ameaçados de morte. (Manaus/AM, Julho/2016; Imperatriz/AM, Fevereiro/2017; Castanhal/PA, Maio/2017; Santarém/PA, Maio/2017; Xingu/PA, maio/2017; Roraima, Julho/2017).

c) Exigimos cumprir o direito à informação

Que sejam discutidos projetos de desenvolvimento com as populações afetadas, mostrando todas as informações e os relatórios de impactos socioambientais, mantidos frequentemente em segredo, apesar da Lei de acesso à Informação. Que o governo escute o povo mais do que discursar sobre seus planos e projetos (Zé Doca/MA, Fevereiro/2017; Xingu/PA, Maio/2017).

Desafios das realidades amazônicas

2. Em relação aos sujeitos que padecem as intervenções agressivas na Amazônia

Povos e comunidades tradicionais: preconceitos e discriminações aos povos indígenas e comunidades tradicionais; invasão de seus territórios, inclusive de povos "isolados"; omissão governamental diante das muitas demandas de demarcação e morosidade dos processos de regularização fundiária favorece o não cumprimento do direito à terra das comunidades tradicionais; relatos de violências sofridas, resistências e insurgências organizadas pelos povos tradicionais; a cobrança dos povos Gamela e Guajajara, secularmente expulsos de seus territórios; pescadores e ribeirinhos violentados pela implantação de parques eólicos; quilombolas e quebradeiras de coco despojados de seus lugares de vida, trabalho e produção; mulheres afetadas por tráfico humano e outras formas de violência; comunidades destruídas por projetos de mineração; jovens sem estudo e sem trabalho, sofrendo mortes prematuras, tendo suas perspectivas de futuro prejudicadas; o direito constitucional da demarcação das terras indígenas, no prazo de cinco anos, a partir da Constituição Federal de

1988, até hoje não foi cumprido, está ameaçado com a tramitação da PEC 215; exploração de petróleo e gás no Vale do Juruá; a venda do Bloco AC-T8 para a Petrobras, em 2013, constitui-se como verdadeira ameaça; a extração de gás ou petróleo não convencionais (fracking) pode contaminar o solo e a água e afetar a vida das comunidades e as demais formas de vida da floresta; os territórios das populações tradicionais podem representar uma barreira ao avanço dos grandes projetos (soja, latifúndio, mineração), ao mesmo tempo em que podem ser a garantia alimentar destas populações (Porto Velho/RO, Junho/2016; Manaus/AM, Julho/2016; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017; Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Santarém/PA, Maio/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017).

1. Grandes problemáticas na Amazônia

a) Questões agrárias e violência no campo

Questões agrárias. A grilagem de terras; a especulação imobiliária; implementação de grandes projetos com violências e assassinatos ligados à questão da terra à questão da terra; vendas indevidas das terras, muitas vezes griladas, com a crescente expansão do agronegócio que gera conflitos entre posseiros e fazendeiros, violência e morte; os avanços de projetos vinculados ao agronegócio, como o expressivo aumento das plantações de soja para exportação e a exploração ilegal de madeira onde se expandem novas serrarias,

principalmente no sul do Estado de Roraima; A falta de regularização das terras nos assentamentos deixando as famílias e comunidades vulneráveis às ações de reintegração de posse, que pretendem negar o direito à propriedade (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Manaus/AM, Julho/2016; Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Castanhal/PA, Maio/2017; Xingu/PA, maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

Grandes áreas são dedicadas à monocultura que agride a biodiversidade. Ocorrem a extração ilegal de madeira e garimpos, o desmatamento, a poluição de nossos rios, igarapés e lagoas. (*Manaus/AM, Julho/2016; Xingu/PA, Maio/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

Grandes projetos para a Pan-Amazônia e terra e questão migratória, tráfico humano e área de fronteiras. Projetos do tipo Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) e propostas enganosas do governo como os Pagamentos por Serviços Ambientais são levados as comunidades nativas e vem se instalando em nossa região (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Santarém/PA, Maio/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

- b) Desarticulação de deterioração da qualidade de vida nas cidades amazônicas

Cidades desafios e perspectivas. A deterioração

da qualidade de vida na cidade; a aceleração dos ritmos de vida, de trabalho e de uso do bem comum, a cultura do descarte; as precárias condições de ensino das escolas públicas e a banalização da violência; Políticas públicas básicas como saúde e educação são negligenciadas aos Povos da Região Oeste do Pará; o deslocamento da população para os núcleos urbanos, particularmente na capital do Estado, onde são sistematicamente violados os direitos fundamentais, por exemplo: trabalho, moradia, saneamento básico, transporte, saúde e educação; as cidades do interior do Estado não dispõem da infraestrutura básica e tornam-se dependentes da capital às demandas de serviços (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Manaus/AM, Julho/2016; Castanhal/PA, Maio/2017; Santarém/PA, Maio/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

Saneamento básico. Grandes problemas referentes ao saneamento básico: acúmulo cada vez maior de lixos e resíduos; a inexistência de uma estação de tratamento de água e esgoto em toda região do Vale do Juruá e a ausência de aterros sanitários; não se cumpre um calendário de coleta de lixo e não há programas de educação para que as pessoas mantenham a nossa Casa Comum limpa (*Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Castanhal/PA, maio/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

2. A imposição agressiva de grandes projetos na Amazônia e suas consequências sobre os territórios

- a) Um modelo de desenvolvimento gerador de desigualdade

Um modelo de desenvolvimento gerador de desigualdades, injustiça social e ambiental. Interesses macroeconômicos e internacionais das grandes corporações impulsionam a necessidade de reações articuladas com todos os sujeitos construtores do Bem Viver, não só aqui na Amazônia, mas de maneira escalar e global. O aumento da exploração mineral, a expansão do agronegócio sobre essas terras e territórios indígenas, expulsando camponeses, quilombolas, utilizando-se do trabalho escravo, destruindo e envenenando nossos rios com uso abusivo de agrotóxicos; o programa federal MATOPIBA, que abrange os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, ameaça destruir 73 milhões de hectares do bioma cerrado. O MATOPIBA é a expressão concreta da “complexa crise socioambiental”; a ocupação das áreas de preservação permanentes (APPs) com a conivência e/ou negligência do poder público (*Manaus/AM, Julho/2016; Miracema/TO, Outubro/2016; Marabá/PA, Outubro 2016; Imperatriz/MA, Fevereiro/2017; Zé Doca/MA, fevereiro de 2017; Santarém/PA, maio/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

- b) Este “falso progresso” acaba com a vida social e cultural amazônica

Em nome do “falso progresso”. Gente que não reconhece nossos direitos à terra, nossas reservas, territórios, rios e florestas; não reconhece nossa história, identidade e cultura, não respeita nossas lideranças e nossa forma de organização social e política; que não acredita na sustentabilidade do extrativismo animal e vegetal baseado nas relações de respeito e interdependência em nossa Casa Comum garantindo vida em abundância à nossa geração e às gerações futuras. E vem de longe e saqueia nossos recursos deixando para trás um rastro de morte e destruição; e quer-nos “ensinar” seus valores e seu modo capitalista de sociedade; assim como a destruição de nossas famílias e comunidades (*Manaus/AM, Julho/2016; Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Castanhal/PA, Maio/2017; Xingu/PA; Maio/2017*).

- c) Desconhece o direito dos povos e comunidades à consulta

Usurpação dos territórios. Privilégio de informações aos grupos empresariais pelos órgãos fundiários e ambientais sobre as terras ocupadas pelas populações tradicionais; Precarização de legislação para favorecer o avanço da exploração mineral, ambiental e ampliação do latifúndio assassino; avanço dos interesses particulares e econômicos sobre os territórios comunitá-

rios e as terras públicas; ameaça aos direitos territoriais dos povos indígenas, expressa nas diversas iniciativas legislativas ou do Poder Executivo (Proposta de Emenda Constitucional - PEC 215, Parecer 313 da Advocacia Geral da União (AGU), que pretendem reduzir, condicionar ou eliminar a garantia destes direitos para as comunidades; regularizar empreendimentos de mineração dentro das terras indígenas, desconsiderando o direito à consulta (*Santarém/PA, Maio/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

d) Precarização da vida, até nas fronteiras...

Preocupa-nos ainda o aumento de crimes violentos e a destruição de famílias; a ausência de proteção e a corrupção facilitam a entrada de traficantes pela tríplice fronteira, em vários casos atravessando as terras indígenas. A região fronteiriça, não suficientemente vigiada, torna-se também o palco propício para a exploração e o tráfico de pessoas. Não podemos deixar de manifestar-nos sobre a atual proposta de reforma previdenciária e terceirização, que vulnerabiliza, particularmente, os mais pobres e agrava a situação de exclusão e perda de direitos na Amazônia (*Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Xingu/PA, Maio/2017*).

3. *Vítimas do “falso progresso”*

a) Crianças, adolescentes e jovens

Crianças, adolescentes e jovens que estão expostos à violência e às condições de vulnerabilidade social, tais como: drogas, abusos e exploração sexual, tráfico de pessoas, trabalho análogo ao escravo, situações de escravidão e servidão doméstica, aumento da violência doméstica. Os movimentos político e econômico sustentados pela elite dominante e outros fatores expulsam essas juventudes para as periferias geográficas e existenciais. A situação das juventudes, principalmente da juventude negra em nossas periferias, pois hoje, são aqueles que mais morrem (Mapa da Violência 2016), com o crescimento exponencial de grupos de extermínio, milícias e organizações criminosas que comandam e disputam territórios; com a política de encarceramento em massa, em que 40% dos presos das casas penais do Pará são presos provisórios; com a superlotação das cadeias e das delegacias com poucos policiais; e com as situações dos acusados de pequenos delitos que acabam cooptados pelo crime organizado.

Esses fenômenos de mercantilização do corpo e da vida têm revelado não só crime, mas a miséria, o medo, o constrangimento, a vergonha e a insegurança em que vivem esses nossos irmãos. Denunciamos a insuficiência e a ineficácia dos programas de atenção e acompanhamento para as vítimas de crimes, que configuram uma grave violação aos direitos humanos com o crescimento exponencial de grupos de extermínio,

milícias e organizações criminosas que comandam e disputam territórios; com a política de encarceramento em massa, em que 40% dos presos das casas penais no caso do Pará são presos provisórios; com a superlotação das cadeias e das delegacias com poucos policiais; e com as situações dos acusados de pequenos delitos que acabam cooptados pelo crime organizado. Esses fatos demonstram a ineficácia da ação do Estado e da segurança pública. Os atendimentos nas delegacias são falhos. Falta um atendimento humanizado (*Manaus/AM, Julho/2016; Miracema/TO, Outubro/2016; Lábrea/AM, Janeiro/2017; Zé Doca/AM, Fevereiro/2017; Castanhal/PA, Maio/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

b) Indígenas

Etnocídio e genocídio: morte cultural dos indígenas pela fragmentação das aldeias, e invasão e grilagem nas terras indígenas e extrativistas. Denunciamos que a maioria das condicionantes para a construção de Belo Monte não foi cumprida. Agora os impactos causados são duradouros, em grande parte irreversíveis; a situação do povo Huni Kui no município de Plácido de Castro que sofre constantemente ameaças, violência e repressão, no Centro Huwa Karu Yuxibu -, seringueiros, ribeirinhos, pescadores/as), são situações de denúncia. (*Altamira – Xingu – PA, maio 2017, Rio Branco- AC, setembro 2017*).

c) O tecido social das comunidades

A ausência de políticas públicas e o enfraquecimento das instituições: além de sua utilização com fins partidários. A motivação destes fatores não é algo casual, mas estratégico, para viabilizar este modelo econômico. A maioria da classe política do Estado usa de falsas promessas, de barganhas e de cooptação de lideranças para dividir as comunidades indígenas, fragmentar as comunidades urbanas, dispersar as associações e cooperativas agrárias ou desagregar as comunidades ribeirinhas, normalmente esquecidas pelo Poder Público (*Roraima, julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

d) Migrantes e tráfico de pessoas

Migração e tráfico de pessoas. Uma forte realidade de fronteira que nos interpela com desafios particulares: O deslocamento de cidadãos venezuelanos para o Brasil, em busca de abrigo, alimentação e refúgio, nos desperta à acolhida e defesa de seus direitos, frente aos casos de xenofobia, exploração de trabalho e deportações. A grave realidade do tráfico humano é denunciada nas diversas regiões, desde o Baixo Rio Branco até as linhas de fronteira, ampliando suas redes de atuação para os garimpos e atingindo, de forma particular, à população mais vulnerável (*Roraima, Julho/2017*).

Compromissos

Três linhas de ação: Iniciativas para replicar/multiplicar as reflexões e os compromissos ousados para nossa Igreja e dar continuidade à “semente” da RE-PAM aqui plantada (*Cuiabá/MT, Junho/2016*).

Três critérios para agir: Somos Amazônia, interligados na “Casa Comum”, na terra sem males! Alternativas ao desenvolvimento: não ao domínio do capital! Há esperanças em nossas ações e compromisso cotidiano (*Porto Velho/RO, Junho/2016*).

1. Defesa dos direitos e da vida das comunidades tradicionais e urbanas

a) Trabalhar nas comunidades

Inserir na vida das nossas comunidades eclesiais e intensificar as ações locais no exercício da cidadania, o debate e enfrentamento dos problemas socioambientais, fortalecendo a formação de base, numa perspectiva de fé e política; bem como a participação nos conselhos de direitos, audiências públicas, reunião da Câmara Municipal e Assembleia Legislativa Estadual (*Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

b) Acompanhamento aos “povos da floresta”

Fortalecer e ser presença solidária da Igreja Católica nas comunidades, aprofundamento e a ampliação de espaços de convivência e troca de conhecimentos, do diálogo, da ação missionária junto aos Povos Indígenas, com os pobres da floresta e dos centros urbanos, nos assentamentos e comunidades rurais, a partir da divulgação de experiências positivas para empoderamento nas suas lutas e efetivação de seus direitos e para inclusão de seus saberes e suas práticas em nossa evangelização. Participar das manifestações sociais em defesa dos direitos dos trabalhadores e povos. Buscar conhecimentos sobre os povos indígenas do Acre para que haja comunhão entre os indígenas e não indígenas (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Manaus/AM, Julho/2016; Marabá/PA, Julho/2016; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

Valorizar e utilizar os ricos elementos e significados das artes, músicas e diversas expressões das culturas amazônicas na evangelização em nossas comunidades, pastorais e em nossos compromissos socioambientais. Reconhecer e manter as experiências e os saberes tradicionais (*Manaus/AM, Julho/2016; Altamira – Xingu/PA, Maio/2017*).

Lutar para garantir uma educação para sustentabilidade, diferenciada e de qualidade voltada para as demandas de nossa realidade indígena e ribeirinha, pro-

vocando as instituições de ensino para que ofereçam cursos que venham ao encontro de nossas demandas locais, formando gente nossa para atuar na educação de nossos povos. Construir um fórum composto pelos povos tradicionais, implementando medidas educacionais, levando em consideração a questão étnico-racial nas escolas dos municípios (*Lábrea/AM, Janeiro/2017; Altamira – Xingu/PA, Maio/2017*).

Manter e ampliar o permanente diálogo entre indígenas e ribeirinhos, garantindo uma aliança para a proteção de nossos territórios, cuidando de nossa Amazônia, como nossa floresta, nossa gorakarahó, nossa aiko (*Lábrea/AM, janeiro/2017*).

Ouvir os clamores dos povos que cultivam as terras, respeitando a biodiversidade e que mostram por suas práticas que **há alternativas sustentáveis**. Reconhecer e fortalecer as lutas locais nos territórios dos diferentes povos: indígenas, quilombolas, sertanejos, pescadores artesanais, geraizeiros, quebradeiras de coco, entre outros (*Zé Doca/MA, Fevereiro/2017*).

Dar atenção especial às lutas e iniciativas de mulheres como suas manifestações, como por exemplo, no Dia Internacional da Mulher (*Zé Doca/MA, Fevereiro/2017*).

Encorajar, apoiar e fortalecer o protagonismo dos povos indígenas, sua articulação e luta, no que diz respeito aos projetos de autossustentabilidade, gestão

e defesa dos seus territórios; as articulações de base para desenvolver projetos populares que garantam sua autonomia (*Santarém/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017*).

Realizar um encontro da REPAM com os povos indígenas de Roraima (*Roraima, Julho/2017*).

1. Assistência a Igreja de Fronteira:

- a) Procurar articulação para enfrentar os abusos de poder

Mobilização e articulação de enfrentamento: Promover ações e projetos de enfrentamento, tais como: realização de seminários, fóruns de debate, reuniões e audiências públicas, fortalecendo a articulação e mobilização coletiva dos leigos para a luta em defesa da Casa Comum. Fortalecer a Dimensão Social em toda ação Pastoral. Integrar e Fortalecer pastorais sociais, a Caritas Diocesana, em articulação com pastorais, entidades e movimentos sociais com o conjunto da sociedade, no desafio social, ambiental, econômico. Envolver-se em lutas por políticas públicas socioambientais como forma de ampliar as parcerias e o trabalho em rede (*Manaus/AM, Julho/2016; Santarém/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

Desenvolver um trabalho integrado entre igrejas, sociedade e os órgãos governamentais (fede-

rais, estaduais, municipais), em nível de fronteira (Peru e Bolívia), no combate a violência e exploração sexual, tráfico de pessoas e ao narcotráfico (*Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

Fortalecer as pastorais e os organismos que atuam na área dos Direitos Humanos à migração e ao enfrentamento ao tráfico de pessoas. Intensificar a rede e as ações de acolhimento e defesa dos direitos dos migrantes (*Manaus/AM, Julho/2016; Roraima, Julho/2017*).

b) Lutar contra a destruição da Vida a vários níveis

Defesa da vida: Educar para a percepção da problemática dos sem terras, assentados e indígenas e o cuidado com meio ambiente na preservação, com destaque à indignação permanente com os massacres, os genocídios e a criminalização de lideranças; à denúncia profética da violência envolvendo estes atores, as injustiças e cobrando dos poderes constituídos ações que inibam a violência no campo ferir e matar os biomas maranhenses: Cerrado, Amazônia e Caatinga, com suas riquezas de biodiversidade humana, vegetal e animal. Denunciar a omissão da justiça nos casos de grilagem de terra. Viabilizar as denúncias e a defesa dos membros da rede que forem ameaçados, com formação e orientação no âmbito dos DDHH, com parcerias e entidades que apoiem a REPAM na busca do Bem Viver. Denunciar aos órgãos públicos,

por meio das instituições e redes, as violações de direitos socioambientais, para que adotem uma ação mais intensa no combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos, ao tráfico humano e ao garimpo ilegal; Criar uma Ouvidoria ou uma pastoral da escuta para acompanhamento das famílias nas paróquias e das famílias atingidas (*Cuiabá/MT, Junho/2016; Porto Velho/RO, Junho/2016; Marabá/PA, Outubro/2016; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

Visibilizar o desafio das fronteiras e a dinâmica das migrações internas, inter-regionais e transfronteiriças, denunciando o deslocamento forçado de pessoas, o trânsito de refugiados, o tráfico humano e o trabalho escravo. Continuar alarmando os governos com relação ao roubo indiscriminado de nossos recursos naturais em nossas fronteiras. Reivindicar junto aos poderes públicos, políticas e meios para reisenção das pessoas atingidas pelo tráfico humano na vida familiar e social (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Lábrea/AM, Janeiro/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

c) Exigir consulta prévia, livre e informada

Exigir a realização de consulta prévia, livre e informada, com base na Convenção 169 da OIT Art. 6º e na Constituição Federal, Art. 231 e 232. Insistimos na conscientização dos riscos da exploração de gás e petróleo e nas denúncias em nível internacional em relação a

violação dos direitos à terra junto com organizações de apoio de órgãos competentes como MPF (*Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017*).

d) Mobilizar trabalhadores/as

Fortalecer as ações de mobilização dos trabalhadores/as; utilizar ferramentas de comunicação da diocese a serviço dos pequenos trabalhadores como espaço de denúncia. Incentivar os trabalhadores a utilizar a terra como ambiente de trabalho e não como terra de negócio (*Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

e) Combater o abuso e exploração de crianças e adolescentes

Denunciar e combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes e o tráfico de pessoas, violência contra a mulher e violência doméstica. Fortaleceremos e criaremos grupos de famílias vulnerabilizadas pela violência doméstica (ex.: Alcoólicos Anônimos, Grupo Esperança Viva, etc.), com ajuda da Pastoral Familiar, organizações e especialistas no assunto (*Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Castanhal/PA, Maio/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

f) Prevenir todas as formas de violência

Promover ações de prevenção a todas as formas de violências no mundo urbano e rural. Repudiar, de forma imediata e enérgica, a qualquer forma de preconceitos e

de vontade de subjugar os Povos da Floresta (*Santarém/PA, Maio/2017*).

g) *Cuidar das juventudes*

Apoio às juventudes: Cuidar das juventudes, presente e futuro da Casa Comum; nas lutas e reivindicações por direitos e futuro digno e a Pastoral da Juventude na luta contra a reforma do Ensino Médio, a realização da Romaria Regional da Juventude que traz o tema “Juventude e Ecologia” e o repúdio ao Projeto MATOPIBA. Reforçar o apoio às políticas públicas para infância e juventude. Apoiar implantação de Centros de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas-CAPS-AD. Implementar um projeto de evangelização para juventude, enfrentando as violências e considerando as suas famílias (*Zé Doca/MA, Fevereiro/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017*).

2. Fomentar processos de formação

Multiplicar e organizar Seminários nas dioceses e prelaças em articulação com as redes existentes, utilizando materiais apresentados e produzir outros, inclusive em línguas indígenas, educação socioambiental, sobre desafios e perspectivas a partir da *Laudato Si'*, em diálogo com as experiências pastorais das comunidades, apontando as ameaças, socializando as resistências e assumindo os compromissos (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Manaus/AM, Julho/2016; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

Socializar e produzir subsídios para serem usados nos espaços de atuação da Igreja e para encontros nos grupos, na catequese e nas comunidades, como meios de multiplicação nas Igrejas locais sobre as contribuições dos povos indígenas e comunidades tradicionais para o cuidado da Casa Comum e de toda a humanidade, destacando a garantia dos seus territórios (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Manaus/AM, Julho/2016*).

Apoiar à formação de leigas/os missionárias/os na Amazônia (*Porto Velho/RO, Junho/2016*).

Divulgar os resultados, o repasse das propostas e orientações do Seminário *Laudato Si'*, envolvendo as mais diversas instâncias eclesiais e movimentos populares, escolas, catequese, meios de comunicação, movimentos sociais e celebrações. Utilizar melhor os meios de comunicação e as atividades pastorais para divulgação. Sensibilizar o questionamento das estruturas do poder público, utilizando-se dos conselhos locais: paróquias, áreas missionárias. Manter a constância das temáticas (coleta de lixo, preservação das águas e floresta, redução do consumismo, etc.) por meio de encenações e teatros, nas comunidades, grupos, transporte coletivo, com criatividade na educação contínua, formal e informal, fomentando a questão do ambiente dentro das instituições públicas e privadas (*Manaus/AM, Julho/2016; Marabá/PA, Outubro/2016; Imperatriz/MA, Fevereiro/2017; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017; Santarém/PA, Maio/2017*).

Estudar com profundidade a legislação ambiental para assessorar a REPAM e o Regional Noroeste neste tema (*Porto Velho/RO, Junho/2016*).

Promover formação permanente e diálogo nas igrejas, escolas e movimentos sociais sobre a importância da ecologia integral, conversão ecológica da sociedade através de educação, conversão e práticas ecológica para a preservação da vida, usando a metodologia do trabalho em rede (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Lábrea/AM, Janeiro/2017; Santarém/PA, maio/2017; Altamira – Xingu/PA, Maio/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

O fortalecimento das CEBs no campo e nas cidades, aprofundando a evangelização libertadora em seus aspectos social, político, ambiental, econômico, cultural e religioso (*Porto Velho/RO, Junho/2016*).

3. Enfrentar os grandes projetos e buscar regularização fundiária

Enfrentamento aos Grandes projetos e regularização fundiária. Apoiar as lutas pela regularização fundiária e demarcação dos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Unir forças na proteção das terras e meio ambiente contra as políticas predatórias dos grandes projetos e dos empreendimentos governamentais. Propor que as Universidades Públicas e os centros de pesquisa públicos acompanhem as atividades desenvolvidas dos

grandes projetos de exploração e mineração informando os resultados à sociedade. Cobrar as condicionantes de Belo Monte não cumpridas pelos consórcios, assim como de outros projetos de mineração/Belo Sun, Pulma, Vale. Apoiar e lutar por uma nova política energética e pela Política Nacional dos Atingidos por Barragens. Fortalecer a articulação com os movimentos sociais e desenvolver postura crítica diante do agronegócio, desmatamento, mineração e hidrelétricas (*Castanhal/PA, Maio/2017; Altamira – Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017*).

Defesa do Cerrado contra MATOPIBA (*Miracema/TO, Outubro/2016*).

4. Organizar a sociedade civil para lutar por políticas públicas

Fortalecer, participar de conselhos de controle social municipais e órgãos de fiscalização para pressionar a criação e efetivação de leis de proteção e preservação da vida, com Grupos Sociais e Igrejas. Buscar parcerias com os Conselhos Paritários municipais, Universidades (IFPA, UEPA e UNIFESSPA). (*Cuiabá/MT, Junho/2016; Marabá/PA, Outubro/2016; Altamira – Xingu/PA, Maio/2017*).

Fomentar criação do fórum e assumir: o Fórum Estadual de Economia Solidária (Cuiabá/MT, Junho/2016); Fórum regional contra os impactos dos agrotóxicos, em parceria com a MPT, UFMT, UNEMAT e demais entidades da sociedade civil (Cuiabá/MT, Junho/2016); Comitê

regional estendendo às dioceses; cobrar dos poderes públicos: estadual e municipal, as alterações (e adequações) do Código Florestal – Ambiental (Cuiabá/MT, Junho/2016). Criar Fóruns como iniciativa da REPAM, sobre temas ambientais (por exemplo, tema da água e suas interfaces com os vários segmentos sociais). (Marabá/PA, Outubro/2016); Comitê Ecumênico permanente para assuntos da Casa Comum (Roraima, Julho/2017).

Instituir a REMSOL (Rede Matogrossense de Educação e Socio-economia Solidária) (Cuiabá/MT, Junho/2016).

Priorizar a luta Políticas e Plano de Saneamento Básico: Cobrar políticas e elaboração do Plano de Saneamento Básico nos Municípios, de forma participativa, a partir de um diagnóstico da realidade, com a prioridade do tema da Água todos os municípios, contemplando as áreas urbanas e rurais e efetivação onde já existe. Onde houver Plano de Saneamento Básico, cobrar sua execução nos quatro âmbitos (água potável, tratamento de esgoto, resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais). Conscientizar a comunidade local para observar e comunicar às autoridades competentes, às questões relacionadas ao saneamento básico: desperdício de água, lixo reciclável, roubo de água, esgoto a céu aberto e agrotóxicos. Firmar parcerias com instituições para realizar campanhas de educação ambiental, no cuidado com a Casa Comum (Cuiabá/MT, Junho/2016; Marabá/PA, Outubro/2016; Roraima, Julho/2017).

5. Fomentar alternativas de Bem Viver

Incentivar a implantação de fontes de energia alternativas nas igrejas e espaços eclesiais (energia solar).

Ações que visem à conscientização e ao acesso à soberania e segurança alimentar a reciclagem dos resíduos sólidos, proteção das nascentes dos rios e evitar os desperdícios em forma geral (água, Luz, alimentos) e cuidado no descarte do lixo com respeito à biodiversidade amazônica, se contrapondo aos projetos de desenvolvimento hídrico e energético impostos pelo grande capital. Reivindicar juntos aos órgãos públicos a execução de ações para a coleta seletiva, recuperação e revitalização das nascentes, rios e igarapés. Anunciar e fortalecer experiências de Bem Viver, em harmonia com a Casa Comum (*Cuiabá/MT, Junho/2016; Porto Velho/RO, Junho/2016; Marabá/PA, Outubro/2016; Castanhal/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

Incentivar arborização dos bairros; criar hortas e hortos comunitários, com troca de sementes crioulas e Quintal Vivo, Reflorestar áreas rurais com plantas nativas. Incentivar e promover as boas práticas da agricultura familiar, agroflorestais e os planos de uso em áreas extrativistas para garantia dos modos de vida das populações tradicionais. Defender o ecossistema lavrado, sua especificidade e extraordinária biodiversidade (*Marabá/PA, Outubro/2016; Castanhal/PA, Maio/2017; Roraima, julho/2017*).

Desenvolver projetos sociais de educação ambiental, buscando alternativas com possibilidade de gerar renda, tais como artesanato com utilização de produtos não madeireiros e reaproveitamento de madeira, dentre outros. Divulgar e apoiar iniciativas de geração de renda que respeitem o bioma amazônico e a dignidade da vida (*Castanhal/PA, Maio/2017; Lábrea/AM, Janeiro/2017*).

Promover espaços permanentes de formação e informação que nos ajudem a retomar, reafirmar e ampliar nossas práticas ambientais sustentáveis como modelo possível de sociedade baseada nos valores do Bem Viver em nossa gorakarahó, nossa aiko (*Lábrea/AM, Janeiro/2017*).

Apoiar a Lei de iniciativa popular “Desmatamento Zero Já” e uma reforma agrária ampla e efetiva. Fortalecer as iniciativas existentes e apoiar o surgimento de outras nas paróquias, para a sensibilização das questões ambientais. Cobrar celeridade do Supremo Tribunal Federal para julgar e anular a vigência da Lei Estadual 2713/2013, que isenta de licenciamento ambiental todos os projetos agrossilvipastoris no Tocantins. Assumir a campanha de defesa do Cerrado, motivada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT. Valorizar os produtos da região e lutar pela regularização fundiária (*Cuiabá/MT, Junho/2016; Miracema/TO, Outubro/2016; Altamira – Xingu/PA, Maio/2017*).

Discutir projetos de desenvolvimento com as populações afetadas, mostrando todas as informações e os re-

latórios de impactos socioambientais, mantidos frequentemente em segredo, apesar da Lei de acesso à Informação; governo escute o povo mais do que discurssem sobre seus planos e projetos (*Zé Doca/MA, Fevereiro/2017*).

6. Ampliação da Rede Eclesial Pan-Amazônica REPAM

Valorizar a REPAM como rede das redes no Regional e local, referência para a informação e formação, a integração, a divulgação das iniciativas em defesa da vida na Pan-Amazônia, a denúncia das violações e a articulação junto às igrejas e outros atores da sociedade civil e às instituições em nível nacional e internacional. Promover o intercâmbio de experiências de luta e resistência entre as comunidades e grupos dentro da REPAM. Realizar planejamento e metas propostas pelo Seminário *Laudato Si'* a curto, médio e longo prazo (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Imperatriz/MA, Fevereiro/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017*).

A criação de uma equipe regional da REPAM como elo entre nossas dioceses e junto à REPAM Brasil. Tecer novas redes em nossas localidades com nossas comunidades e instituições, incluindo lideranças dos povos tradicionais e dos movimentos populares como nos propõe a REPAM, através de comitês locais e da articulação e fortalecimento das pastorais sociais, a nível diocesano e regional (*Porto Velho/RO, Junho/2016; Lábrea/AM, Janeiro/2017; Imperatriz/MA, Fevereiro/2017; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017*).

Conclamar outras organizações a se engajar na luta pela defesa do cerrado, apoiando a proteção, demarcação e titulação das terras e territórios indígenas, quilombolas e camponeses (Miracema/TO, Outubro/2016).

Mapear/levantar os grupos, as redes e as organizações que possam fortalecer a articulação em defesa da vida urbana e rural na Amazônia. Reforçar e apoiar os Movimentos que defendem a vida, no ambiente social, político e econômico (Manaus/AM, Julho/2016; Marabá/PA, Outubro/2016).

Comprometer-se com os objetivos da REPAM de articular e divulgar as redes eclesiais na Amazônia Legal, fomentar o desenvolvimento sustentável e integral que envolve o equilíbrio social, econômico, ambiental, cultural e político, inseridos na Ecologia Integral da Encíclica *Laudato Si'*; com a geração de uma cultura socioambiental, que garanta a solidariedade universal, com base em novos estilos de vida e olhares para o mundo, onde tudo está interligado com o cultivo e o cuidado da Criação (Porto Velho/RO, Junho/2016; Cuiabá-MT, Junho/2016; Manaus/AM, Julho/2017; Marabá/PA, Julho/2016; Miracema/TO, Outubro/2016; Lábrea/AM, Janeiro/2017; Imperatriz/MA, Fevereiro/2017; Zé Doca/MA, Fevereiro/2017; Cruzeiro do Sul/AC, Março/2017; Castanhal/PA, Maio/2017; Santarém/PA, Maio/2017; Xingu/PA, Maio/2017; Roraima, Julho/2017; Rio Branco/AC, Setembro/2017).